

HISTÓRIA DO BANCO DA BAHIA (*).

PINTO DE AGUIAR

Diretor da Eletrobras.

I

A instalação do Banco da Bahia S. A., em 18 de julho de 1858, como um dos seis bancos aos quais, no espaço de pouco mais de sete meses, de 31 de agosto de 1857 a 3 de abril de 1858, seria concedido o poder de emitir papel-moeda, insere-se na solução global que se procurava dar à problemática da economia brasileira contemporânea, como uma resposta adequada às mutações verificadas na natureza das atividades econômicas e na utilização dos fatores de produção.

De uma economia predominantemente fundiária e rural, alicerçada na abundância de mão-de-obra escrava, tentava-se passar a uma economia mercantil e urbana, com alguns tímidos ensaios de imigração e industrialização, ainda com forte condicionamento agrário, mas buscando apoiarem-se em certas inovações tecnológicas, com melhor aparelhamento das comunicações, dos transportes e do crédito.

Não tendo tido capacidade para utilizar, num processo de crescimento autônomo e auto-induzido, as condições extremamente favoráveis da conjuntura internacional decorrente da Guerra da Independência Americana, da Revolução Francesa e das Guerras Napoleônicas, quando os nossos principais concorrentes no provimento do mercado mundial de matérias-primas e produtos alimentícios estavam a braços com dificuldades de várias natureza, arrastamo-nos ao longo dos dois primeiros quartos do século sem criar alguns dos instrumentos para isto indispensáveis, como uma frota mercante nacional, um sistema bancário sólido e voltado para a produção, uma manufatura adaptada à nossa produção e ao nosso consumo. Restabelecida a paz, interna e externa, a partir da terceira década do século XIX, e recrudescendo a competição, até com o aparecimento de novos produ-

(*) . — Prefácio à *História do Banco da Bahia* de Thales de Azevedo e Vieira Lins. Coleção Documentos Brasileiros, Editora José Olympio. Rio de Janeiro. 1969.

tos como o açúcar da beterraba, agravou-se o nosso empobrecimento relativo, não apenas da população rural, menos atingida pela alta de preços e perda de câmbio, por estar, em grande parte, à margem da economia monetária, mas também das populações urbanas, sobretudo os homens livres e a incipiente classe média, refletindo-se na série de lutas intestinas que, esporádicas embora, nas duas primeiras décadas de oitocentos, iriam generalizar-se de modo acentuado desde 1830, somente se pacificando este ciclo revolucionário em 1845.

Entrementes, o café, gozando de um quase monopólio do mercado externo, passaria a constituir um elemento estabilizador, ao compensar as quedas de preços, e depois do volume físico das vendas do açúcar e do algodão, produtos cuja exportação, vanguardeira de 1821 a 1830, se tornaria logo caudatária, na década seguinte, quando o café, concentrando 43,8% da pauta nacional, assumiu a liderança que mantém até hoje.

Absorvendo inicialmente a mão-de-obra ociosa não utilizada plenamente na região Centro-Sul com o recesso da exploração aurífera e diamantífera, cedo se apresentou o café exigente quanto ao suprimento de trabalhadores, na medida em que suas características de cultura extensiva faziam o volume da produção depender do número de escravos, pois as iniciativas no sentido do fomento, oficial e privado, da imigração de colonos europeus, apenas começariam a produzir resultados no fim do século.

Paralisado o tráfico negreiro em 1850, a pressão para recrutamento da infeliz mercadoria humana se faz sentir fortemente no mercado nordestino, onde a indústria açucareira já vinha enfrentando a aguda concorrência externa de Cuba, das Antilhas, agora intensificada com a produção de açúcar de beterraba na Europa. Processa-se então verdadeira transferência de mão-de-obra, no sentido norte-sul, elevando mais a cotação do trabalhador escravo, o que, em um círculo vicioso, mais oneraria as atividades dos velhos senhores de engenhos.

Ao encerrar-se o período de agitações e levantes em 1845, com a pacificação do Rio Grande do Sul, o País intensifica as suas atividades econômicas. Na década de 40 as exportações sobem de 40 mil contos de réis para 75 mil aproximadamente, excedidas, contudo, pelas importações, que atingiram, em 1850, 90 mil contos de réis.

Cessada a vigência dos tratados comerciais com a Inglaterra, promulga-se a primeira tarifa protecionista de 17 de maio de 1843, com Alves Branco, a qual, conquanto de finalidades predominantemente fiscais, proporcionaria certo estímulo à produção industrial, pois que elevaria o imposto de importação até 60%, por exemplo, sobre certo tipo de tecidos.

Paralelamente a estas condições propícias a um incipiente processo de industrialização, torna-se-ia imperioso, na década seguinte, o aparecimento das primeiras estradas de ferro e rodovias, com as iniciativas de Mauá e Mariano Procópio em 1852, enquanto o telégrafo se implantaria em 1854.

O meio circulante, — limitado às emissões de notas do Tesouro Nacional, contraídas a partir de 1845, embora com a contrapartida de um aumento de moeda metálica, de prata e ouro, — mostrava-se insuficiente para a intensificação do movimento comercial, ainda que esta intensificação houvesse sido em parte compensada, no tocante ao aumento do giro, pela perda de valor monetário de mercadorias brasileiras exportadas.

Como solução para essa carência, várias emprêsas de serviços e firmas comerciais e industriais passaram a emitir papéis, que eram aceitos como moeda, tumultuando assim o meio circulante.

“Foi a situação decorrente da falta de moeda que favoreceu a aceitação de emissões ilegais de *vales-bilhetes* e *vales-metálicos*. E a continuação dêste estado de coisas não permitiu que as medidas governamentais encontrassem eco no meio do povo. Tais emissões campearam de Norte a Sul, deixando-nos exemplares interessantes” (1).

Em resposta a tal carência, estimularam-se as transações creditórias através de grandes casas comerciais, que funcionavam como verdadeiras casas bancárias; criam-se Caixas Econômicas, em 1831 no Rio de Janeiro, em 1834 em Campos e Salvador, e em 1838 em Ouro Preto, e organizam-se bancos comerciais privados, no Ceará em 1836, e no Rio de Janeiro, em 1838, êste o Banco Commercial, que seria um dos elementos construtivos do terceiro Banco do Brasil; sucessivamente, em 1845, 1846 e 1847, fundam-se outras organizações bancárias, na Bahia, no Maranhão, no Pará e em Pernambuco. A estas seguir-se-ia, em 1851, por iniciativa de Mauá, o segundo Banco do Brasil, e, dois anos depois, o Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro.

Todos êles emitiam letras a prazo, para reforçar os meios de pagamento, mas não tinham direito de lançar bilhetes à vista, conversíveis, o que os caracterizaria como bancos emissores.

Com tal expansão, a circulação de notas bancárias cresceu de 227%, entre 1851 e 1853.

Preocupado com êste surto, que levaria a uma ostensiva anarquia do meio circulante, e ante a luta extremada que se faziam as

(1). — *Moedas Particulares e Vales Metálicos do Brasil*, Dulce Ludolf, Rio de Janeiro, 1968.

organizações sediadas no Rio de Janeiro, o Visconde de Itaboray propõe o restabelecimento da unidade emissora, com a criação de um novo Banco do Brasil, resultante da fusão do Banco Comercial e do Banco Mauá, com capital distribuído em 150 mil ações, das quais 70 mil se destinariam a outros subscritores, sendo 40 mil das províncias.

As tendências de centralização política e administrativa do Estado brasileiro inspirariam ao novo estabelecimento inclinações monopolistas, fazendo com que, para a abertura de caixas filiais nas províncias, incorporasse êle as organizações bancárias locais já existentes.

Como bem lembra Dorival Teixeira Vieira,

“assim que o novo Banco do Brasil começou a funcionar, funcionamento êste que já de per si representava uma fusão bancária, começou êle a realizar um enorme esforço no sentido de operar uma concentração, absorvendo os bancos provinciais emissores de vales, e garantindo, assim, para si, um monopólio de fato, graças à difusão de suas caixas filiais” (2).

Em 1855 seria absorvido o Banco Comercial de Pernambuco, em 1856 os da Bahia e do Pará, e em 1857 o do Maranhão.

Que tal pensamento dominava a administração do Banco transparece francamente dos seguintes trechos do officio dirigido, em 23 de abril de 1859, ao então Ministro da Fazenda, pelo Visconde de Itaboray, que continuava a exercer a Presidência do Banco do Brasil S.A.

“A diretoria do Banco esforça-se e espero que continuará a esforçar-se em cumprir o seu dever, empregando os meios de que pode dispor para restringir sua emissão; mas reconhece que êsses esforços serão impotentes para conseguir o fim a que se propõe, enquanto a diminuição do papel circulante não depender unicamente da contração de sua emissão e do resgate do papel do Governo, a que o Banco se obrigou nos termos dos seus estatutos e como cláusula, se não expressa, ao menos virtualmente contida nêles, de ser o papel do Governo a única moeda fiduciária que concorresse com suas notas” (3).

Ao longo dêste primeiro lustro da década de 50, todo o País vivia vivendo um ambiente de progresso e crescimento econômico, a refletir-se na política de conciliação do Gabinete de 1853.

(2). — *Evolução do Sistema Monetário Brasileiro*, Dorival Teixeira Vieira, São Paulo, 1962, pág. 115.

(3). — *História do Banco do Brasil*, Felisbello Freire, Rio de Janeiro, 1907, pág. 100.

“Era uma fase de grandes negócios; após a extinção do tráfico negreiro, dinheiro abundante, bancos brotando por tôda parte, vida urbana agitada, quadro de significativas alterações. Em 1854, surgiria o nôvo Banco do Brasil; em três dias, o público toma as suas ações; apareceram também, naquele ano, o Banco Rural e Hipotecário e o Banco Mauá, êste com sete filiais no exterior. Em 1855, o clima é ainda de euforia, mas o Govêrno autoriza o Banco do Brasil a elevar suas emissões ao triplo do acêrvo e o câmbio começa a baixar. Os saldos no comércio exterior, em 1854-1855 e 1855-1856, fazendo afluir moeda metálica ao país, exigem novas emissões. O meio circulante atinge, em 1855-1856, a 85.821 contos, mais 40.000 de responsabilidade dos Bancos. Em 1856, continuavam a constituir-se numerosas companhias. Entre 1851 e 1856, foram baixados decretos autorizando a organização de 78 companhias, 15 com capital indeterminado, 63 com capitais totalizando 156.568 contos, em ações. Em 1856-1857, aparecera um saldo no orçamento, da ordem de nove mil contos; os tributos sôbre a importação eram cinco vêzes os que se arrecadavam sôbre a exportação. A saída de café representava mais de 54.000 contos; a de algodão, cêrca de 7.000; a de açúcar, da ordem de 26.000, crescendo no entanto a entrada de alimentícios” (4).

“Durante a fase de expansão cresceram seguidamente as rendas públicas, aumentou o movimento do comércio exterior, desenvolveram-se internamente os negócios, reduziram-se as taxas de juros e descontos, o crédito tornou-se abundante e fácil, até o ponto de dar lugar a operações que entravam abertamente pelo terreno da aventura. Todos os valores manifestavam-se em alta; dir-se-ia que uma prosperidade sem limites despontara para os homens e as coisas do Brasil. E até a despesa pública inflou também, gerando de ano em ano deficits sucessivos, com os quais, de resto, ninguém se incomodava, em presença de uma situação tão auspiciosa” (5).

Se a expansão da cultura do café, localizada então em grande parte na Província do Rio de Janeiro, ativava as transações da praça do Rio, que assume o papel de principal polo da economia, outras regiões do País mantinham ainda, em globo, um volume de giro comercial, tanto interno como externo, maior que o do Rio.

Para estas províncias, a organização centralista do Banco do Brasil não atenderia às suas necessidades, quer de crédito, quer de papel-moeda. Com efeito, em 1857, já com tôdas as suas caixas em funcionamento, às emissões da matriz do Banco do Brasil, no valor de 29.488:000\$000, correspondiam emissões das filias no montante de apenas 12.538:000\$000. Enquanto isto, o Norte concentrava

(4) : — *História da Burguesia Brasileira*, Nelson Werneck Sodré, Rio de Janeiro, 1964, pág. 143.

(5) : — *A Moeda Circulante no Brasil*, Ramalho Ortigão, Rio de Janeiro, 1914, pág. 53.

cêrca de 40% das exportações nacionais, índice êste bastante expressivo, numa época em que a economia nacional de mercado vivia em função do comércio exterior. Havia, pois, um intenso descompasso entre a política monetária e creditícia e a realidade econômica.

A crise americana de 1857, repercutindo na Europa e generalizando-se internacionalmente, teria reflexos naturais no Brasil, cujos produtos exportáveis registraram uma queda de 20%. As medidas tomadas pelo Govêrno impediram que se generalizasse uma crise interna de maiores proporções, tendo o sistema bancário saído incólume desta primeira prova.

“Entretanto, — enquanto o Govêrno e o parlamento discutiam o *melhor meio* de dotar o País com uma moeda, que corresse *valorizada*, promovendo com êsse intuito o *resgate* e a *queima* de papel — sem deixar outra moeda em seu lugar, os mercados principais das várias províncias continuavam a sofrer a necessidade cada vez maior de *dinheiro para as suas operações econômicas...*”.

“Em tais condições, sem dúvida, era natural que cada província, não obtendo do govêrno central as providências que o caso urgia, procurasse por si mesma uma solução das próprias dificuldades” (6).

Com efeito, ao final da década era generalizada a convicção de que precisávamos criar uma rêde bancária provincial, à qual, para competir em condições satisfatórias, teria de ser dada a faculdade emissora.

Na Bahia, onde ainda se concentrava uma parcela considerável das atividades econômicas do País, tal necessidade fazia sentir-se de maneira acentuada.

“Cessado o período de agitações políticas, que abalaram durante quarenta anos a Província, de 1798 a 1838, da Revolução dos Alfaiates à da Sabinada, através dos levantes de escravos, dos pronunciamentos militares, de rebeliões como a constitucionalista de 1821, da campanha da Independência de 1822 a 1823, e saneado o meio circulante local, com a retirada de circulação de vultosíssimas somas de moeda falsa, de cobre e de papel, ingressaria a Bahia numa era de prosperidade, a demonstrar a sua capacidade de recuperação, sempre que causas exógenas ou óbices institucionais não ajam no sentido da contenção de suas energias” (7).

“O problema das disponibilidades para organização de um sistema bancário regional não existia, como o demonstram os saldos de suas balança do comércio exterior num período em que a posição

(6) . — *O Meio Circulante Nacional*, Amaro Cavalcanti, Rio de Janeiro, 1893, 2º vol., pág. 145.

(7) . — *Ensaio de História e Economia*, Pinto de Aguiar, Salvador, 1960, 1º vol., pág. 125.

das transações de cabotagem, não parece ter sido deficitária para ela, pois abastecia-se de produtos manufaturados na Europa, e era menos dependente, em gêneros alimentícios, das regiões sulinas do país.

Com efeito, entre 1840 e 1850, para uma exportação de 90.321:000\$000, importara apenas 76.888:000\$000, o que, à taxa média da época, daria hoje mais de seis milhões de dólares de saldo.

Os algarismos das finanças do Estado confirmam tal observação. Os orçamentos públicos da Bahia, a partir do período em que as finanças provinciais passaram a distinguir-se das gerais (distinção proposta pela Assembléia Legislativa baiana, em 6 de maio de 1835, e tornada efetiva a partir de 1837), parece indicar que existiam ali ponderáveis disponibilidades de moeda, em busca de investimento. A receita, que em 1843 fôra de 603:202\$137, atingira, em 1854, 1.265:953\$180, mais do que duplicando em dez anos, crescimento êste em termos reais, pois a moeda brasileira valorizara-se no interior, com a redução do total das emissões em cêrca de 20% (de 48.267:496\$000 em 1844, baixara o meio circulante para 40.700:618\$000), e no exterior, com a estabilidade do câmbio que, com pequenas flutuações, se manteria em tórno da taxa de 26 d., nesse período. Majoração de impostos não houvera. Nem de invocar é a emissão de bilhetes bancários na época, uma vez que êste crescendo da receita provincial vinha de tempos anteriores ao apogeu de tais emissões" (8).

A extinção real do tráfico negreiro, em 1850, cujo volume chegara a ultrapassar, nos últimos anos da década anterior, o valor das importações e exportações de mercadorias, iria trazer substancial reforço a êsse estoque monetário.

"Quem lê as notícias da série de empreendimentos a que se lançavam os baianos de então, sente, à distância de um século, o frêmito de entusiasmo e de otimismo que os animava, sugerindo a idéia de que se preparava a Bahia para encerrar um período de economia preponderantemente extrativa e agrícola, de caráter colonial, para se lançar a nova etapa de progresso econômico, ao qual não faltariam, sequer, as divisas necessárias ao custeio da importação de equipamentos e técnicas necessárias.

Porém, o que sobretudo define essa fase, é o surto de sua atividade bancária, a demonstrar, por um lado, que existiam as reservas indispensáveis à incorporação de bancos, mas, por outro lado, que se sentia não ser o capital individual suficiente ao financiamento das inversões e da produção. Com efeito, os balanços das casas bancárias de então, demonstram que os depósitos pouco representavam para êsse financiamento, contidos em limites estreitos, coisa natural numa época em que a técnica bancária ainda não tornara bas-

(8). — *Idem*, pág. 126.

tante elástica a criação da moeda escritural que os multiplicasse. Os bancos de emissão eram, pois, o elemento dinâmico indispensável à economia baiana.

Uma relação sumária dos estabelecimentos de crédito que se fundaram, então, é realmente bem significativa e sintomática.

Em 1845, o Banco Comercial da Bahia; em 1854, a Caixa Reserva Mercantil; em 1854 a Caixa de Economias, a Caixa Hipotecária, todos na Capital; enquanto, em 1856, fundam-se, em Cachoeira e em Santo Amaro, Caixas Comerciais, e tenta-se o mesmo em Nazaré e em Valença" (9).

As lideranças políticas e administrativas da província confundem-se com as das classes empresariais, gerando um entrosamento entre o setor público e o privado altamente favorável ao ressurgimento econômico da Bahia.

Nelas dois baianos se destacavam, Gonçalves Martins e Wanderley, ambos tão bem retratados no esboço biográfico com que os homenageou Clemente Mariani Bittencourt, em brilhante oração, por ocasião dos festejos comemorativos da fundação do Banco da Bahia.

"A extinção do tráfico liberara os enormes capitais nêles investidos, os quais, enquanto não se formavam novas correntes de importação, acorriam à compra de ouro ou das limitadas ações de companhias, entre elas as do Banco do Brasil recentemente criado. Este, com a faculdade de emissão elevada ao triplo de seu fundo disponível, concentrava as suas aplicações no financiamento das transações da praça do Rio de Janeiro e da nova lavoura do café que começava a espalhar-se nas Províncias do Sul, enquanto as Províncias do Norte, abaladas economicamente pelas diminuições de braços decorrente da extinção do tráfico e do deslocamento dos escravos ladinos para as lavouras do Sul, mais remunerativas, não obtinham financiamento apropriado para as suas novas iniciativas.

Gonçalves Martins e Wanderley não deixariam passar a oportunidade. Sob o patrocínio dos seus nomes prestigiosos, setecentos acionistas se congregaram, nesta e na vizinha província de Sergipe, nesta Capital e no Recôncavo, realizando o "record" de um capital de 4 mil contos ouro, que, ao nosso periclitante câmbio de hoje corresponderiam a cerca de 600 milhões de cruzeiros" (10).

A eles reunir-se-iam vários outros empresários baianos, como Joaquim Pereira Marinho, José de Barros Pimentel, Francisco Mendes da Costa Corrêa, Luiz Rodrigues d'Ultra Rocha, Joaquim Pereira Pestana, Cândido Pereira de Castro, Manoel José de Figueiredo Leite, Justino José Fernandes, Manoel Joaquim Alves, Luiz José Pereira

(9). — *Idem*, pág. 131.

(10). — *Discurso Comemorativo*, Clemente Mariani Bittencourt, "Diário de Notícias", Salvador, 4 de julho de 1958.

Rocha, e muitos outros, dentre os quais merece destaque o industrial Antônio Francisco Lacerda, fundador da fábrica de tecidos e fundição em Valença, bem como do elevador hidráulico ligando os dois planos da cidade de Salvador, obra que, em 1888, o mensário cultural francês *La Nature* considerava uma das realizações exponenciais do século.

II

Propiciava esta iniciativa a decisão de Bernardo de Souza Franco, então Ministro da Fazenda no Gabinete Olinda, de atender à multiplicidade de questões monetárias, com a descentralização da faculdade emissora, concedida em caráter executivo e sem audiência do Poder Legislativo, a seis novos bancos, sendo dois no Rio de Janeiro e quatro nas províncias.

Aos aspectos benéficos da medida, no sentido de equilibrar a distribuição do papel moeda no País, proporcionalmente às necessidades regionais da economia, contrapuseram-se, entretanto, os inconvenientes da rápida expansão do meio circulante, talvez em descompasso com as necessidades reais, a traduzir-se num processo inflacionário, com o habitual cortejo de aumento de preços e lançamento de novas emprêsas, nem sempre idôneas, e algumas mesmo inteiramente fantasiosas.

Assumindo o Govêrno o Gabinete Abaeté, integrava-o, a suceder a Souza Franco, cujas idéias renovadoras não mereciam as simpatias do Imperador, Tôrres Homem, que vinha combatendo vivamente pela imprensa a política de seu antecessor, defendendo a volta à unidade, e mesmo ao monopólio, do poder emissor.

As discussões sôbre o assunto, dominadas inteiramente pela tônica do combate à inflação, que era evidente, mas derivada não apenas do aumento do meio circulante e sim também da desvalorização externa de nossa moeda, têm obscurecido um dos principais e mais elogiáveis objetivos da decisão de Souza Franco, ora pôsto em destaque por Thales de Azevedo, na *História do Banco da Bahia*, ao transcrever trechos altamente esclarecedores do seu Relatório à Assembléia Geral Legislativa, relativo ao ano de 1857.

Nêste, dizia êle:

“Todos êstes Bancos tiveram por motivo de sua aprovação a satisfação de necessidades da agricultura, comércio e indústrias de localidades onde ou não haviam estabelecimentos de crédito, como em Pôrto Alegre, ou existiam com fôrças tão limitadas que nem ao próprio comércio forneciam os meios de que precisava para as suas transações, ficando a agricultura e mais indústrias privadas do adiantamento de capitais necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos.

Desta deficiência de estabelecimentos de crédito resultava ainda que os mercados eram irregularmente supridos do meio circulante preciso, porque o suprimento não acompanha com regularidade as alternativas da procura senão quando fornecido por Bancos de emissão, que o contraem ou expandem segundo o exige a diminuição, ou aumento das transações.

Ao Banco do Brasil tinham a lei de sua criação e os estatutos cometido a tarefa de fornecer moeda aos mercados, substituindo gradualmente as Notas do Tesouro por bilhetes seus, e importantes metais que lhe sustentassem o valor. Como porém não tivesse podido criar de pronto Caixas filiais nas províncias, continuaram elas desprovidas da moeda precisa, e obrigadas a procurar no Rio de Janeiro as Notas do Tesouro e metais indispensáveis ao aumento reconhecido de suas transações.

Daí a situação anormal em que se viu colocado o Banco do Brasil, principal depósito das Notas do Tesouro e metais, que lhe iam sendo retirados para as províncias do Norte e Sul do Império, não tanto por necessidade de retôrno como para suprir a falta de moeda, que sentiam pela carência do meio ordinário da emissão bancária.

Na presença de uma tal situação, a medida que ao govêrno imperial pareceu necessária para ocorrer aos inconvenientes expostos, foi a criação de mais alguns bancos de emissão na côrte, e províncias do império.

Em geral, e principalmente nos lugares onde funcionava o Banco do Brasil ou suas caixas filiais, tinham os novos estabelecimentos por fim levar as vantagens de crédito às indústrias, ou classes da sociedade, a que os outros não podiam estender seus descontos pela natureza especial de sua organização, e fornecer fundos ao comércio, e meio circulante ao mercado nas épocas em que a situação igual a em que o Banco do Brasil se achou colocado, nos meses de abril e maio de 1857, o obrigasse a restringir seus descontos.

Nas outras localidades, totalmente privadas de auxílio das instituições de crédito, os novos bancos tinham, além do fim descrito, o de dotá-las com êste elemento de progresso, que bem dirigido corre poderosamente para o desenvolvimento da riqueza particular e pública.

A aproximação da crise comercial, que desde os últimos dias do mês de novembro fêz sentir seus efeitos no império, tendo embaraçado a pronta instalação do Banco Comercial e Agrícola, não deu lugar a que a experiência dos fatos viesse sancionar o acêrto de sua organização. Não é porém questionável nem a veracidade da insuficiência do Banco do Brasil e suas caixas filiais para satisfazer as necessidades de tôdas as indústrias, nem a solidez dos estabelecimentos bancários, cuja emissão não pode exceder o capital realizado e efetivo e é garantida por títulos acreditados; estabeleci-

mentos que não tendo o vício da singularidade, não podem reunir depósitos avultados, e correr os riscos de sua brusca retirada” (11).

À luz de tais palavras é lícito concluir, como fez Thales de Azevedo:

“A situação em todo o Império, de que não escapava a província da Bahia, era realmente caótica: caixas e bancos de todos os tipos proliferando, notas e vales de tôdas as espécies circulando. O monopólio emissor do Banco do Brasil, não suprimindo o meio circulante nas províncias, falhara na sua finalidade de saneamento fiduciário e ensejara mesmo a clandestinidade das emissões. Não atendendo às reais necessidades do país, manifestava-se impotente, por isto mesmo, para controlar a avalanche das emissões e tornar efetivo o monopólio que era um direito seu” (12).

“O Governo Imperial, por Aviso de 10 de outubro de 1859, nomeou uma comissão encarregada de proceder a um inquérito sobre determinados aspectos do numerário em curso. Esses aspectos vinham expressos em quesitos que deveriam ser respondidos e esclarecidos pela Comissão, presidida esta pelo Ministro da Fazenda. Era mais uma tentativa no sentido de equilibrar o valor da moeda e sanear o meio circulante.

Em seu relatório a citada Comissão apontou o nome de diversas casas comerciais, bancárias e companhias que emitiram vales” (13).

“Sem dúvida, Souza Franco compreendeu bem a situação. Era necessário o controle das emissões sem deixar de atender as necessidades do comércio, das indústrias e da lavoura. A solução, ainda que parecesse contraditória, em face da massa de dinheiro em circulação, mesmo a legal, foi a de pluralidade emissora. *Similia similibus curantur*. Os bancos emissores regionais seriam, afinal, instrumento de controle do caos fiduciário local, pondo em circulação um papel cercado de garantias e com o beneplácito do poder público” (14).

A análise de um único aspecto da questão, ao qual era dada ênfase tôda especial, isto é, o da inflação dos meios de pagamento, inspirou a proposta Tôrres Homem, que estabelecia o monopólio emisionista, apresentada à Assembléia Geral Legislativa em 15 de junho de 1860 e recebida com tal oposição que o Ministro teve de resignar, passando a Pasta da Fazenda a Silva Ferraz. Êste, defendendo o mesmo ponto de vista de seu antecessor, conseguiu vê-la transformada na Lei nº 1.083, de 22 de agôsto do mesmo ano, logo

(11). — *História do Banco da Bahia*, Thales de Azevedo e Vieira Lins, Rio de Janeiro, 1969, pág. 43.

(12). — *Ibidem*, pág. 61.

(13). — *Moedas Particulares e Vales Metálicos do Brasil*, Dulce Ludolf, Rio de Janeiro, 1968.

(14). — *Ibidem*.

apelidada de “lei d’entraves”; pois, além da concentração do poder emissor no Banco do Brasil, estabelecia o lastro-ouro obrigatório, ou o de títulos do Govêrno imperial, o que limitava o meio circulante.

“Que não haviam sido os bancos provinciais os fatôres marcantes de inflação se comprova pela posição, ao fim de 1859, do total das emissões dos Bancos da Bahia, de Pernambuco e do Maranhão, isto é, 5.346:000\$000, que representavam aproximadamente apenas 13% das emissões do Banco do Brasil na mesma época” (15).

Votada a lei, e logo regulamentada, o período de 1860 a 1864 constituiu uma fase de reajustamento do sistema bancário, até a crise que irromperia em 10 de setembro d’este último ano, com a suspensão dos pagamentos de saques pela Casa-Bancária A. J. A. Souza & Cia, gerando pânico, corrida bancária e crise comercial.

Felisbello Freire, em sua *História do Banco do Brasil*, comentando a crise, menciona prejuízos da ordem de 16 contos de réis em concordatas e 54 mil em falências. Afirma êle ter sido sua causa determinante a lei de 1860,

“feita de chofre, provocando a insuficiência do meio circulante”. E conclui imperativo: “a crise de 1864 foi essencialmente monetária”.

Para fazer face à situação, o Banco do Brasil, a 13 de setembro, é autorizado a elevar ao triplo as suas emissões, e já a 14 foi o govêrno obrigado a dar curso forçado aos bilhetes do Banco, cuja conversibilidade é suspensa.

Uma vez superada a fase aguda da crise, as suas repercussões seriam de tal amplitude que estadistas como Itaborahy, favorável aos bancos emissores, sob o princípio da unidade, e Souza Franco, de posição idêntica mas através da pluralidade d’esses institutos, votaram a Lei n.º 1.340, de 12 de setembro de 1866, segundo a qual retornava a capacidade emissora ao Tesouro Nacional.

A Bahia, sentindo-se ferida nos seus interesses, rebelara-se contra a reforma bancária de 1860. Empresários, políticos e até o povo nas ruas, manifestavam-se unânime contra a medida. Souza Dantas, Saraiva e Fernandes Cunha, da representação baiana, são dos mais ardorosos combatentes, no Parlamento, contra o projeto Sales Tôrres Homem. E Cotegipe, conservador embora, firmaria o memorial que o Banco da Bahia endereçaria à Assembléia Geral, contra a nova lei, em conjunto com outro da Associação Comercial.

(15). — *Os Bancos de Emissão do Império*, Clemente Mariani Bittencourt, *Jornal da Bahia*, Salvador, 16 de julho de 1961 e *História do Banco do Brasil*, Felisbello Freire, Rio de Janeiro, 1907.

“Em termos gerais, seria ela acusada de deter, pelo espaço de vinte anos, o progresso econômico do País. Millet afirma que a lei de 1860 tem a justa reputação de ser o mais perfeito instrumento para matar o espírito de associação e a própria iniciativa individual. E Nabuco dirá: “A êsse respeito, tudo que se escreveu contra a lei é perfeitamente justo, havendo somente a desculpa de que foi uma reação contra o abuso e artifícios que se tinham praticado com as associações de capitais”.

“Se a reforma foi uma providência contra a inflação e a especulação nos seus aspectos nacionais, parece que, na Bahia, agiu como elemento freador, demasiado rígido e desencorajador. Tudo indica, como observamos, que a província dispunha então de reservas efetivas de capitais disponíveis, capazes de se transformarem em propiciadores de uma fase capitalista, para a qual os bancos seriam um aparelho de crédito indispensável, orientados para estimular uma atividade não meramente especulativa, mas realmente produtora.

“Aqueles disponibilidades, com efeito, não bastariam, por si só, ao financiamento de tal atividade, de modo que, limitado o poder de emissão, e desencorajada a formação de organizações bancárias, sobretudo depois da crise de 1854, viriam a faltar os elementos necessários ao pleno aproveitamento daquele elã, perfeitamente coordenado com os recursos e o comportamento institucional na província, dos empresários e do govêrno locais, e com conjunturas favoráveis como, por exemplo, a Guerra de Secessão nos Estados Unidos” (16).

Como assinala Thales de Azevedo, também a lavoura, desanimada e empobrecida pelo atraso da sua técnica e pela incessante exportação de escravos,

“sem compensação de braços livres e inteligentes” (17),

diminuiu a produção e viu caírem os preços dos produtos. Para essa situação contribuíram os efeitos da reforma bancária e da grande sêca iniciada cêrca de 1857 e prolongada por vários anos, agravados ainda pela Guerra do Paraguai. Nesse meio tempo a descoberta das minas do Cabo arruina de súbito as lavras diamantinas. O comércio retrai-se; diminui extraordinariamente o número de tomadores de dinheiro e cresce, da parte dos bancos, a desconfiança em relação aos que os procuram.

As dificuldades geradas pela reforma bancária de 1860 e pela crise de 1864, quando apenas iniciava as atividades, fez face galhardamente o Banco da Bahia.

(16). — *Ensaio de História e Economia*, Pinto de Aguiar, Salvador, 16 de julho de 1961, pág. 133.

(17). — *História do Banco da Bahia*, Thales de Azevedo e Vieira Lins, Rio de Janeiro, 1969, pág. 156.

Mantido como um dos poucos bancos emissores do País, e o único do Estado da Bahia, tem o teto de suas emissões reduzido a 1.307:716\$514 por Aviso Ministerial de 6 de junho de 1873. Já havia, então, adaptado a natureza do lastro de seus bilhetes às exigências da lei de 1860, com grave dano para a economia baiana e as finanças da província, pois que os papéis comerciais e as ações das companhias, como as de estradas de ferro, as de navegação e seguros, ou as apólices e títulos provinciais, não mais podiam servir de base às emissões.

“Em abril de 1874 a crise econômica, que era de certo modo um episódio da descapitalização da Bahia, com a definitiva ruína de sua agricultura canavieira, atinge ao auge. Dali por diante é o declínio econômico e político da província, com remissões passageiras e ilusórias” (18).

Neste quadro de decadência relativa, típica das economias dependentes, a província tenta reagir, através de pertinaz busca de melhoria das condições de produtividade, seja pela absorção de inovações tecnológicas, seja pela diversificação da produção.

Organizam-se os engenhos centrais, fundam-se a Escola Agrícola de São Bento das Lajes e o Liceu de Artes e Ofícios, liga-se a capital provincial por via telegráfica terrestre, ao Rio de Janeiro e a Recife e por via submarina à Europa. Incorpora-se em 1874 a Bahia Docks Co. Lt., para construção do porto de Salvador, inaugurado em 1881, incrementa-se a imigração européia com a organização da Sociedade Bahiana para este fim, prolonga-se a estrada de ferro até Bonfim e Esplanada e constroem-se os primeiros ramais para a Feira de Santana e Santo Amaro. Inicia-se, timorata, a navegação a vapor no rio São Francisco. Importam-se mudas de canas, sementes de algodão e reprodutores bovinos e ovinos da melhor estirpe, intensifica-se a produção de café, cacau e fumo, a exploração madeireira e da borracha de mangabeira.

Todo este esforço, porém, era neutralizado por causas da natureza estrutural e institucional. Com a decadência econômica vinha o declínio político. A Bahia já não tinha, nos conselhos decisórios de assuntos nacionais, a posição influente de outrora, para poder defender providências que destinassem ou sequer reduzissem aquela marcha decrescente.

“Apesar de tudo, ao encerrar-se o período escravista, a província, num esforço para sobrepor-se à ruína, era o terceiro produtor e exportador de café e, com o açúcar, o fumo, o cacau e a conhe-

(18). — *Idem*, pág. 157.

cida variedade de seus produtos, inclusive os manufaturados, contribuía com um décimo da renda pública nacional, a sua Alfândega só sendo superada pela de Santos” (19).

Efetivamente, a diversificação da sua agricultura — com o fomento à produção de fumo e algodão, matérias-primas em grande parte absorvidas pelas próprias manufaturas baianas, com o café, mas sobretudo com o cacau que, das vinte e sete toneladas exportadas em 1825, atingiu, no fim do período imperial, quatro mil e duzentas, — permitira à Província manter sua economia de certo modo estável, conquanto em recesso relativo.

O impacto da abolição faz-se sentir profundamente na área açucareira, mas pouco influenciou nas atividades pastoris e nas culturas de fumo, algodão e cacau.

Com o advento da República e de uma nova política econômica adotada com o propósito de expansão industrial, participa a Província, transformada em Estado federado, do surto empresarial, cujos excessos caracterizariam o surto inflacionário que campeava então no sul do País, sobretudo no Rio de Janeiro.

Retomada a doutrina de descentralização do poder emissor, é o Banco da Bahia autorizado, por decreto de 8 de dezembro de 1889, a voltar a emitir; mas desta faculdade não fez uso até que, modificada a natureza do lastro, no ano seguinte, solicita e obtém a concessão de lançar em circulação, até 7 de dezembro de 1892, até 10 mil contos de bilhetes.

À rápida expansão dos meios de pagamento subsequente à reforma bancária iniciada em 1888 por Ouro Preto, e continuada por Ruy Barbosa, ocupando o Ministério da Fazenda no Governo Provisório de 1889, e o resultante do aqodamento com que empresários inexperientes e apressados se lançaram aos mais diversos e complexos empreendimentos, sem que o País dispusesse de uma infraestrutura adequada e sem prévios estudos de mercado, conjugava-se um ambiente internacional de expectativa, e mesmo desconfiança, quanto às modificações institucionais por que passara a Nação com o advento da República e provocariam a crise de 1891-1892, tão vividamente descrita pelo Visconde de Taunay, uma das suas vítimas, no belo *roman à clef* “O Encilhamento”.

Na Bahia, onde a nova conjuntura resuscitara os entusiasmos empresariais dos meados do século, a crise não resultaria em impacto tão forte quanto a sentida no Rio de Janeiro, em grande parte pelo tradicional comedimento de seus homens de negócio.

(19). — *Idem*, pág. 181.

O Banco da Bahia, dirá Thales de Azevedo, transcrevendo decisão do seu Conselho, coibindo-se de dar às vastas faculdades que os Estatutos conferem, tôda a expansão de que são susceptíveis e que só quadram em épocas normais, muito contribuiu para limitar na área de suas operações, as especulações e seus desastrosos efeitos.

Em março de 1892 renunciam os seus dirigentes à autorização de emitir que lhes fôra concedida e resgatam grande parte das notas postas em circulação para, em 1898, abrir mão, espontâneamente, do papel de banco emissor. Em 1901 liquidam-se as emissões feitas, com a apuração do lucro líquido de 24:438\$250.

A partir de então o Banco da Bahia passa a funcionar exclusivamente como estabelecimento bancário comercial e de depósito, condicionado na sua evolução pelas limitações gerais da economia baiana, que, ao longo de tôda a era republicana, não obstante os continuados esforços de seus grandes homens em busca de um reerguimento, soffre certo retrocesso 20).

Em trabalho de circunstância destinado à imprensa cotidiana, mas editado em 1958 pela Comissão de Planejamento Estadual, procuramos definir essa fase em caráter muito geral, nas proposições que seguem.

“Se conseguíssemos eliminar tôdas as causas de contensão que vêm do nosso passado, entre as quais são marcantes a subcapitalização e o retardamento técnico, teríamos de vencer agora, como causas principais:

- 1º). — O problema da instabilidade da nossa economia que, preponderantemente primária e evidentemente reflexa, depende, endôgenamente, da flutuação das safras, e, exôgenamente, das flutuações dos mercados exteriores e dos preços nestes vigentes;
- 2º). — o desgaste do nosso intercâmbio comercial interno, em relação à política cambial vigente no País, agravando a tendência estrutural da deterioração da relação de preços de intercâmbio internacional;
- 3º). — a escassa capacidade de poupança, e o reduzido estímulo aos investimentos em virtude de tais variáveis.

Recursos naturais e energéticos, mas não dinamizados, mão-de-obra abundante, mas não qualificada, portos bons, mas não aparelhados, não bastam para desenvolver uma região” (21).

(20). — *Idem*, pág. 192.

(21). — *Notas sobre o Enigma Baiano*, Pinto de Aguiar, Salvador, 1958, pág. 9.